

RELATÓRIO FINAL PROCAD

Bolsista: Bárbara Dourado Sanches¹

Nesse relatório, busco descrever as atividades realizadas enquanto bolsista do projeto “Mudanças e permanências nos padrões de participação política no Brasil: análise longitudinal do envolvimento político dos brasileiros (1988-2013)”, coordenado pela professora Carla Cecília Rodrigues Almeida, da UEM e sob a coordenação geral do professor Julian Borba da UFSC, no âmbito do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad). A bolsa foi concedida entre os anos de 2016/2017 - contabilizando 12 meses no total - e, posteriormente, prorrogada para os anos de 2017/2018 - também por 12 meses.

Diante disso, o relatório é composto num primeiro momento pela descrição do projeto de pesquisa *Participação política individual e associativismo: um estudo comparado das modalidades de engajamento político dos brasileiros* - o qual é integrado ao projeto “Mudanças e permanências nos padrões de participação política no Brasil: análise longitudinal do envolvimento político dos brasileiros (1988-2013) /Procad” – por ser aquele em que mais me dediquei. Depois disso, descrevo as atividades desenvolvidas durante as duas vigências de bolsa e, por fim, anexo dois textos: o primeiro constando o relatório da missão discente por mim realizada, e o segundo, o trabalho apresentado em evento, produzido durante meu tempo em pesquisa.

¹ Graduanda do curso de Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá.

Participação nas etapas do *Projeto de Pesquisa Participação política individual e associativismo: um estudo comparado das modalidades de engajamento político dos brasileiros*.

Descrição do projeto: Esta pesquisa objetiva comparar os padrões e as variações existentes entre o engajamento político individual em associações e o número e tipo de associações existentes no Brasil, tomando-se como referência a série histórica da década de 1990 até 2010. Nessa medida, a pesquisa procura dar continuidade ao projeto de estágio pós-doutoral executado ao longo do ano de 2015 junto ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

A intenção é produzir resultados que possam alimentar o projeto *Mudanças e permanências nos padrões de participação política no Brasil: análise longitudinal do envolvimento político dos brasileiros (1988-2013)*. Esse projeto se propõe a uma investigação longitudinal para identificar mudanças nos padrões de participação política entre os brasileiros desde a Constituição de 1988. Ele é desenvolvido no âmbito do Programa de Cooperação Acadêmica da CAPES e integrado por equipes de três programas de pós-graduação: o Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, o Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá e o Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Júlio de Mesquita Filho/Araraquara. Esse projeto mais amplo contempla a investigação de quatro modalidades de participação: comparecimento eleitoral, instituições participativas, associativismo e protestos.

Dentre essas modalidades, a pesquisa ora proposta focará o tema do associativismo a partir de seleção de duas unidades de análise diferentes para efeitos comparativos: a participação individual em associações e as associações propriamente ditas.

1. Período de vigência da bolsa: 2016-2017

Atividades desenvolvidas: Participação em atividades de: (1) coleta de dados em surveys (Latinobarómetro, WVS e Lapop) – sob orientação do Professor Dr. Éder Rodrigo Gimenes, (2) tabulação e construção do banco de dados de comparecimento eleitoral – sob orientação do Professor Dr. Rafael da Silva, (3) formulação de instrumentos para análise descritiva sobre associativismos – sob orientação da Professora Dr^a. Carla Cecilia Rodrigues Almeida.

2. Período de vigência da bolsa: 2017-2018

Atividades desenvolvidas: Ainda sob vigência do *Projeto de Pesquisa Participação política individual e associativismo: um estudo comparado das modalidades de engajamento político dos brasileiros*. Participação em atividades de (1) levantamento de dados de instituições participativas/conselhos gestores para a construção dos bancos de dados, (2) realização da missão discente pelo período de um mês na Universidade Estadual Paulista (UNESP)/campus Araraquara – SP, (3) participação do evento *XVII Semana de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Disputas Hegemônicas e Processos Emancipatórios no Brasil Contemporâneo*² com apresentação do trabalho “O que a ciência política tem a dizer sobre a questão racial?”³ produzido sob orientação da Professora Dr^a. Carla Cecilia Rodrigues Almeida.

O relatório da missão discente encontra-se no anexo 1 e o trabalho acima mencionado no anexo 2.

² Link do evento: <https://www.fclar.unesp.br/#!/posgraduacao/strictosensu/sociologia/eventos/semana-de-pos-graduacao-em-ciencias-sociais/>

³ Encontrado nos anais do evento pelo link: https://www.fclar.unesp.br/Home/PosGraduacao/StrictoSensu/Sociologia/anais_xvii_semana_pos_ciencias_sociais_unesp-fclar-min.pdf

ANEXO 1

RELATÓRIO PROCAD: MISSÃO DISCENTE UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP), CAMPUS ARARAQUARA – SP

Bárbara Dourado⁴

A missão discente com destino à Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus Araraquara – SP, iniciou-se no dia 06 de setembro de 2018. No tempo que permaneci na UNESP participei das atividades discentes tanto do programa de graduação quanto do programa da pós-graduação, ambos referentes ao curso de Ciências Sociais.

Nesse sentido, ocupei-me de algumas das disciplinas da grade da graduação, que consistiam nas seguintes matérias:

- 1) Antropologia Brasileira, ministrada pelo professor Dagoberto José Fonseca⁵;
- 2) Teorias da Democracia, ministrada pelo professor Milton Lahuerta⁶;
- 3) Estado, Sociedade e Políticas Públicas, ministrada pela professora Carla Gandini Giani Martelli⁷.

Estar como ouvinte nessas disciplinas foi fundamental para meu desenvolvimento acadêmico, pois as diferentes perspectivas apresentadas por professores com os quais não estou acostumada a trabalhar fez com que minha visão sobre os assuntos discutidos em aula fosse ampliada e, com isso, pude perceber novos caminhos para minha trajetória profissional dentro das Ciências Sociais. Além disso, pude conversar com alguns professores sobre minha pesquisa e trabalhos que pretendo desenvolver, recolhi referências e orientações que certamente servirão para me auxiliar em futuras produções acadêmicas.

Também me envolvi com o Grupo de Estudo e Pesquisa Participação e Democracia (GEPPAD)⁸, o qual está com pesquisas em desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas em andamento. Foi discutida em reunião (19 de setembro de 2018) a elaboração do questionário de coleta de dados, debate que pude contribuir com informações sobre os projetos realizados pelo Núcleo de Pesquisa em Participação

⁴ Graduanda do curso de Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3210287764402424>

⁵ CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8483229888324823>

⁶ CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9326718732298388>

⁷ CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6481732715214184>

⁸ Informações pela CNPq: dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/796640319303506849163

Política (NUPPOL)⁹ vinculado ao programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (UEM), do qual faço parte.

Na penúltima semana de missão discente, me inscrevi na *XVII Semana de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Disputas Hegemônicas e Processos Emancipatórios no Brasil Contemporâneo*¹⁰. O evento (24 a 28 de setembro de 2018) teve duração de 5 dias, com a realização de 6 mesas redondas, 18 grupos de trabalho, 2 minicursos, uma conferência de abertura e uma conferência de encerramento. Procurando realizar uma discussão qualificada sobre a atual situação do nosso país, estiveram presente professores das áreas tronco das Ciências Sociais para construir um debate interdisciplinar sobre uma diversidade de temas que hoje se fazem relevantes como: migrações, participação, reformas trabalhistas, ciberpolíticas, processos identitários e pensamento político. Com meu trabalho “O que a ciência política tem a dizer sobre a questão racial?”, participei apresentando-o no Grupo de Trabalho: Trabalho e Movimentos Sociais, colhendo, pois, as contribuições que serviram para melhor qualificar meu texto, o qual será publicado nos anais do evento.

Minha missão discente encerrou-se na semana seguinte no dia 06 de outubro de 2018.

⁹ Página do Facebook: <https://www.facebook.com/nuppol/>

¹⁰ Página no facebook: <https://www.facebook.com/xviisemanasociais/>

ANEXO 2

O QUE A CIÊNCIA POLÍTICA TEM A DIZER SOBRE A QUESTÃO RACIAL?

Bárbara Dourado¹¹

1. INTRODUÇÃO

A raça como categoria de análise vem sendo trabalhada pelas ciências sociais em muitos aspectos. Na antropologia esse conceito é recorrente, sendo muitas vezes a chave para a produção de muitos trabalhos da área, o mesmo acontece na sociologia, muitas das publicações são voltadas especialmente para a questão racial. Entretanto, no Brasil, encontramos uma expectativa bastante contida no que diz respeito à categoria raça e à ciência política, pesquisas sobre essa temática correspondem a uma expressão muito baixa dos trabalhos publicados. Sendo assim, a pergunta: “o que a ciência política tem a dizer sobre a questão racial?” nos parece bastante relevante, tendo em vista o contexto acima mencionado.

É verdade que a perspectiva central das análises em ciência política caracteriza-se como um conjunto de práticas e estruturas sociais tangentes àquilo que conceituamos como “Estado”. Assim como as leis, a ciência e a economia, o Estado é uma estrutura bastante rígida e historicamente consolidada como o modelo legítimo de organização das sociedades ocidentais, a partir dele as instituições ganham peso e autoridade sobre as decisões coletivas adentrando aspectos individuais dos sujeitos sociais por meio do *status* denominado por cidadania¹². Numa definição bastante básica de Estado, mas que traz elementos satisfatórios para uma incipiente perspectiva teórica sobre o conceito, é proposta por Michael Mann, em que sugere quatro elementos a serem considerados para a composição conceitual de Estado:

- (1) Um conjunto de instituições e quadros administrativos que (2) corporificam uma “centralidade” no sentido de que as relações políticas irradiam de um centro para cobrir (3) uma área territorial demarcada, sobre a qual ele exerce (4) um monopólio de poder autoritário, sustentado pelo monopólio dos meios de violência física (MANN, in

¹¹ Graduanda do curso de Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá. Integrante do Núcleo de Pesquisa em Participação Política (NUPPOL/UEM) e bolsista do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD) pelo projeto “Participação Política Individual e Associativismo: um estudo comparado das modalidades de engajamento político dos brasileiros”, CAPES. Douradobarbara0@gmail.com.

¹² Segundo Michael Mann, o Estado concentra o que chama de “poder infra-estrutural” como sendo a capacidade do Estado de penetrar efetivamente na *sociedade civil* e implementar decisões políticas.

John Hall, 1986, p. 112 *apud* Bocchi, R. Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil, 1991).

Partindo da perspectiva do processo de *state-building* - e considerando como recorte temporal o período pós proclamação da república e pós abolição do regime escravagista no Brasil – podemos constatar que grupos da sociedade civil encontram-se subrepresentados, caracterizando assim um déficit no modelo representativo político do país. Nesse caso, o grupo subrepresentado sobre o qual pretendemos compreender os repertórios de ação e interação¹³ - que buscam, sobretudo, a institucionalização de demandas via burocracias estatais afim de garantir a maior longevidade de suas conquistas na luta política e, com isso, aumentar consideravelmente sua potencialidade em provocar mudanças estruturais no *status quo* brasileiro -, é a população negra.

Esse trabalho é uma tentativa de esboçar uma possível análise empírica sobre a questão racial no Brasil encaminhando-a para dentro da ciência política. O trabalho procura capturar expressões de como o expoente do Movimento Operário e do Movimento Negro – vistos como componentes da “esquerda brasileira” - inserem-se em uma dinâmica de disputa pelo legítimo significado de quem é o trabalhador brasileiro e quais os limites que as reverberações da representatividade política desse trabalhador apresentam ao se deparar com a questão racial brasileira. O estudo aqui apresentado pretende também enfatizar como o movimento negro constrói formas de atuação política que representa um grupo social o qual não atinge plena cidadania desde a conformação do Estado republicano e que, conseqüentemente, está fora dos mecanismos de luta política tradicional. Para isso, foram analisados periódicos do movimento negro na primeira república, enfatizando por meio do discurso quais os repertórios de ação, as demandas, e como se identificava e se posicionava esse ator político frente a luta política de um país recém proclamada a república e o fim do regime escravagista. Os periódicos são: “O Clarim” – à partir de 1920, órgão oficial da Mocidade Negra - SP; “A raça” – à partir de 1930, órgão da Legião Negra de Uberlândia; “A Voz da Raça” – à partir de 1930, órgão oficial da Frente Negra Brasileira; e “A Voz do Trabalhador” – à partir de 1919, órgão da Liga Operário Internacional.

¹³ Repertórios de ação e interação são aqui entendidos como mecanismos que permitem com que a sociedade civil adentre às porosidades do Estado, e configurem o que Theda Skocpol denomina por “encaixes institucionais”.

Aqui os meios de comunicação adquirem função social tomada a proporção de luta política através da luta cognitiva, considerando que os símbolos são instrumentos que permitem, não apenas a comunicação, mas também, a composição do *consensus* acerca do sentido do mundo social de onde são extraídos valores, interesses e condutas de uma determinada moral, a qual toma dimensões públicas. Ao introduzir a mídia como metodologia na análise trago o conceito de “campo” de Pierre Bourdieu, onde insiro a disputa dos atores pelo legítimo significado em torno do signo do “trabalhador brasileiro” naquele período, buscando, assim, compreender parte da complexa relação existente entre o campo da mídia e da política.

Posto isso, distancio-me da pretensão em abordar o tema com o enfoque na relação entre a grande mídia e as mídias alternativas e passo a me preocupar em como a mídia alternativa reage a disputa política. Para isso, recorro a um outro conceito chave: “subaltern counterpublics” (ou *contrapúblicos*) de Nancy Fraser, o qual me permiti definir a quem me refiro teoricamente como não-dominante, uma vez que, segundo Avritzer e Costa (2004, p. 272), o conceito “destaca o papel daqueles atores sociais que representam grupos tradicionalmente excluídos do espaço público, mas que, ao mesmo tempo, denunciam os limites do espaço público estabelecido e reivindicam seu direito de participação”. A noção de subaltern counterpublic me possibilita, pois, adentrar aos espaços de grupos não dominantes de onde parte o processo de fabricação dos contra discursos. Visto isso, pode-se dizer que meu objeto e suas ações encontram-se nas dimensões do que denomino por *campo dos contrapúblicos*.

2. ANÁLISE DOS PERIÓDICOS

Na construção do campo e na análise das relações entre seus agentes, entende-se que os elementos observados estejam estruturados de modo a evidenciar o conflito, pois, sabe-se que em cada campo se encontrará uma luta, da qual se deve procurar os recursos específicos entre aquele que tenta forçar o direito de entrada e o dominante, que tenta defender o monopólio e excluir a concorrência, isto é, focalizar a disputa pelo monopólio da ordem simbólica. No *campo dos contrapúblicos* essa disputa se dá na medida em que o significado da palavra trabalhador passa a ser considerado um *capital simbólico* – o conceito de “capital” é utilizado por Bourdieu para expressar características e valores importantes dos agente e grupos sociais aos quais pertencem e que são disputados no interior do campo. O capital simbólico diz respeito ao reconhecimento e legitimidade que os participantes da luta simbólica buscam adquirir socialmente, ele “[...] existe sempre na e pela estima, pelo reconhecimento, pela crença, pelo crédito, pela confiança dos outros, logrando perpetuar-se apenas na medida em que consegue obter a crença em sua existência” (BOURDIEU, 2007, p. 202). Cada campo trabalha dentro da conservação ou da subversão da estrutura pela distribuição do *capital específico* (dominante), tendo que considerar que as lutas do campo têm por objetivo o monopólio da violência legítima, a qual garante a determinado grupo a autoridade sobre os termos da sociabilidade.

Cada agente é caracterizado por sua estratégia social, sua posição no campo e seu *habitus*. Nesse sentido, o conceito de *habitus*¹⁴ ao possibilitar o estudo de condutas práticas dos agentes - que em determinada medida condicionam seus interesses, aspirações, expectativas que se traduzem em estratégias de ação para a atuação no campo -, permite interpretar socialmente as aspirações coletivas que movimentam o espaço político e o campo em que estão inseridos.

Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem *habitus*, sistemas de *disposições* duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente

¹⁴ “Na definição do conceito de *habitus*, Bourdieu emprega a noção de disposições como sendo constituídas como resultado das influências do mundo social e dos campos sobre os agentes, tornando-os predispostos a uma “maneira de ser” e de agir, de interagir com os outros com tendências a adotar certas condutas, e não outras, com propensões e inclinações próprias (Bourdieu 1994, p. 62).” *In A educação reflexiva na teoria social de Pierre Bourdieu / Walter Praxedes*. São Paulo : Edições Loyola, 2015.

orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro (BOURDIEU, 2009, p. 87).

A representação no discurso dos periódicos é considerada, pois, como a materialização do *habitus* dos agentes. Como as condições sociais e políticas que constituem historicamente o *campo dos contrapúblicos* remontam o período da primeira república e, portanto, a construção do Estado brasileiro perante tal modelo de organização, a perspectiva aqui expressa tem por objetivo destacar alguns elementos relevantes para caracterizar a disputa dos atores políticos de dentro da “esquerda” brasileira e alguns de seus repertórios de ação na luta simbólica. Os agentes em questão são: o Movimento Operário e o Movimento Negro.

Posto isso, considera-se que em certa medida, os agentes possuem uma representação social compartilhada sobre si mesmos, sob a qual todos se reconhecem como trabalhadores. Essa noção socialmente compartilhada do que é ser um trabalhador na primeira república parte da definição classista, isto é, da detenção ou não dos meios de produção, visto que, essa perspectiva ocupa a versão generalizada daquilo que necessariamente aloca o indivíduo na definição de trabalhador, sendo que essa definição aparece condicionada à classe social condizente ao conceito de “proletariado” – conceito esse que encontra-se em conformidade com as teorias utilizadas nas ideologias comunista e socialista. Tanto nos jornais representativos do Movimento Negro quanto nos do Movimento Operário aparece o consenso do pertencimento à classe trabalhadora:

Os pretos dessa cidade, impulsionados pela mesma pacifica ideologia classista, organizam-se sob o intuito da homogeneidade dos seus esforços e proveito da grandeza e prosperidade da terra em que vivem [...] (A RAÇA, 1935, Ed. 00001).

Em todas estas actividades, está o concurso do negro. Na edificação de prédios sumptuosos, no manejo das machinas industriaes, nas escolas bemfazejas e nas outras **profissões proletarias** (grifo da autora), está o negro marchando ao lado do branco, trabalhando pelo bem comum, pelo engrandecimento da terra que é sua. (A RAÇA, 1935, Ed. 00001).

A Voz do Trabalhador, interpretando os sentimentos que animam as classes trabalhadoras no actual momento historico, será o porta voz de suas justificadas pretenções de melhoras no presente e, apregoará com firmeza dos que confiam no futuro as aspirações do **operariado universal** (grifo da autora) para a transformação economica da sociedade actual com o fim de restabelecer o equilibrio social, que deve ser baseado na Justiça e na Liberdade de todos para todos. (AVOZ DO TRABALHADOR, 1912).

Entretanto, para além da universalização dessa representação do trabalhador em termos classistas, o espaço social brasileiro comporta relações que estruturam hierarquicamente seus agentes no *locus* da “esquerda” expressando, portanto, os limites de tal representação a qual, apesar de compartilhada entre os “não proprietários dos meios de produção”, apresenta lacunas que evidenciam a vacância dos espaços que posteriormente seriam preenchidos e compostos pelas demandas políticas do Movimento Negro. É nesse sentido que tanto o Movimento Operário quanto o Movimento Negro entram em disputa: o primeiro controlando as posições de poder e ditando as regras de funcionamento da ordem simbólica do campo, enquanto o segundo luta para concentrar cada vez mais capital simbólico a fim de não mais pertencer a posição de dominado.

De acordo com Walter Praxedes (2005), é “por meio de estratégias práticas de submissão às regras do campo ou de tentativa de criar novas regras que sejam mais favoráveis a seus interesses” que os agentes estabelecem a dinâmica de funcionamento que atua em cada campo de forma específica. Nesse sentido, o Movimento Negro, na posição de não dominante, tem sua expressão ainda incipiente com o jornal “O Clarim” – órgão oficial da “Mocidade Negra” -, nos anos 20, posicionando-se na disputa com estratégias ainda de submissão às regras do campo estruturado. Já em sua primeira edição fica evidente que o *habitus* desse agente tem em sua composição estratégias de submissão: 1) ao incorporarem um discurso bastante moderado quando referem-se diretamente ao negro, denominando-o como “homem de cor”:

A desorganização social que existe entre nós, devia findar-se nestes belos tempos, Centenas de **homens de cor** (grifo da autora) se debatem contra misérias, porque não temos uma associação puramente nossa que nos preste auxílios. (O CLARIM, 1924, Ed. 00001).

2) ao recorrerem-se nos termos padrões do discurso nacionalista republicano - tendo em vista a propagação do progresso, desenvolvimento industrial e união nacional - aludindo-o como um ideal de organização do povo brasileiro:

Estamos num período de progresso por excellencia. Em todos os canto vê-se ressoar as palavras tão belas: - Progresso, Industria, Commercio e Intellectulidade. Esta sendo sempre a primeira em perspectiva. [...] Em tudo se progride: uma politica excellente, sciencias, artes, pedagogias, philosophias varias. (O CLARIM, 1924, Ed. 00001).

Com essa reunião havemos de ver os nossos homens bem unidos aos nossos corações de brasileiros e irmãos que somos, trabalhando todos para o ideal dos ideaes. (O CLARIM, 1924, Ed. 00001).

O programa da Legião Negra no Brasil está traçado e em execução:- trabalhar pela raça, oferecendo-lhe os seus justos direito de lutar pelo

Brasil, por Minas e especialmente por Uberlândia, dando-lhe o melhor de seus esforços como prova de seu reconhecimento e patriotismo. (A RAÇA, 1935, Ed. 00001).

Vale salientar que o ideal de progresso consistente na publicação acima configura a reverberação dos ideais positivista republicanos, sendo assim, pelo viés macroestrutural da política daquele momento, tais ideais iam ao encontro com a classe dominante, isto é, os donos dos meios de produção. Consequentemente, dentro do *campo dos contrapúblicos* os ideais positivistas se contrapunham aos preceitos comunista e socialista que em muito norteavam o *habitus* do Movimento Operário. Isso expressa uma das dimensões conflitantes entre os agentes do campo. Além disso, o discurso patriótico é constantemente reforçado pelo Movimento Negro ao longo desse período, aparecendo ainda mais nitidamente alguns anos depois no jornal “A Voz da Raça” – órgão oficial da “Frente Negra Brasil” –, o qual expressava uma perspectiva já bastante solidificada da consciência negra do povo negro no Brasil.

Nesse gravíssimo momento histórico da **nacionalidade brasileira** (grifo da autora), dois grandes deveres incumbem aos negros briosos e esforçados, unidos num só bloco na **frente negra brasil** (grifo da autora): a defesa da Gente Negra e a defesa da Pátria, porque uma e outra coisa andam juntas, para todos aqueles que não querem trair a Pátria por forma alguma de internacionalismo. (JORNAL “A VOZ DA RAÇA”, 1933, Ed.0001).

Reivindicando, então, o direito de que: daquilo que fora construído com o trabalho do negro pertencesse plenamente à população negra.

[...] de criadores da vida agrícola nacional, que deve ao braço captivo as primeiras conquistas fundamentadoras da nossa actual e prospera economia rural. (A RAÇA, 1935, Ed. 00001).

3) ainda adentrando o referencial do *habitus* dominante, aparece a busca pelo *capital social*¹⁵ do homem branco por meio de estratégias estruturadas do campo como: “frequentar escolas, propagar a boa imprensa; instituir sociedades Beneficientes, Educativas, Literarias, com reuniões íntimas”.

[...] porém, espero merecer de vos caros leitores e amigos a coadjuvação de irmãos verdadeiros, brasileiros de facto – afim de cooperarmos para os fins que nos eleva e que nos fara grande para o futuro. Em todos os recantos existiram e actualmente existem patrícios, que merecem elogios aos quais devemos seguir e **imital-os** (grito da autora). De como imital-os?

¹⁵ “[...] a consideração e o respeito que os indivíduos recebem dos outros agentes e que podem se traduzir em uma posição social que simboliza certo prestígio podem ser chamados de *capital social*” (PRAXEDES, Walter, 2015, p. 17).

E' simples com um pequeno esforço e força de vontade tudo conseguiremos.

Venceremos se combatermos a humildade, fazendo-nos apresentáveis em lugares necessários com o apoio da nossa boa apresentação. Para isso é preciso frequentar escolas, propagar a boa imprensa; instituir sociedades Beneficentes, Educativas, Literarias, com reuniões intimas. (O CLARIM, 1924, Ed. 00001).

Ao lado do preto que sabe sapatear, é preciso que haja negros que saibam ler e pensar. Forme-se uma cruzada para salvar-o da abominação e do extermínio. (A RAÇA, 1935, Ed. 00001).

Creando focos de educação e cultura, psíquica, no ambiente de seus gremios e no objetivo de aperfeiçoamento individual, o negro destruirá a teoria da inferioridade racial, e conseguirá nos agrupamentos o lugar que lhe compete nessa campanha pacífica de adaptação ao meio coletivo em que vive. (A RAÇA, 1935, Ed. 00001).

O negro precisa de escola, para que estudando, se compenetre dos preciosos atributos que possui e para que, mentalmente reconstitua o seu primeiro período, comparando depois as gerações passadas com a avalanche poderosa que é a geração negra de hoje. (A RAÇA, 1935, Ed. 00001).

Nesse terceiro ponto aproveito para citar Oracy Nogueira em seu texto “Preconceito de marca e de cor” em que se propõe a refletir sobre as configurações do racismo no Brasil, e em que o autor conceitua o racismo brasileiro como “racismo de marca” – em comparação ao racismo dos Estados Unidos considerado pelo mesmo como “racismo de origem”:

Quanto ao modo de atuar: o preconceito de marca determina uma preterição, o de origem, uma exclusão incondicional dos membros do grupo atingido, em relação a situações ou recursos pelos quais venham a competir com os membros do grupo discriminador.

Assim, um clube recreativo, no Brasil, pode opor maior resistência à admissão de um indivíduo de cor que à de um branco; porém, se o indivíduo de cor contrabalançar a desvantagem da cor por uma superioridade inegável, em inteligência ou instrução, em educação, profissão e condição econômica, ou se for hábil, ambicioso e perseverante, poderá levar o clube a lhe dar acesso, “abrindo-lhe uma exceção”, sem se obrigar a proceder da mesma forma com outras pessoas com traços raciais equivalentes ou, mesmo, mais leves. (NOGUEIRA, Oracy, 2006, p. 293)

Pode-se considerar que o que estava em jogo nesse contexto era a capacidade do negro agora liberto em configurar a emancipação de sua representação social ao modelo do cidadão republicano, com as mesmas potencialidades dos cidadãos brancos em reproduzir a “civilização”, e simbolizar nisso a tradução de sua humanidade, isto é,

ressignificar a figura do negro que até então estava atrelada a uma concepção não humanizada, de mercadoria ou até mesmo animalizada.

O negro é essencialmente, é medularmente trabalhador. Assim, passados os dias de delírio pela conquista adquirida, todos voltaram ao labor na esfera de sua capacidade, naturalmente restringida até onde lhes permitia a vontade a que prestavam obediência forçada. Com o decorrer dos anos, porém, e livres das algemas pôde o negro revelar os seus atributos de assimilação a todos os ofícios e artes. (A RAÇA, 1935, Ed. 00002).

[...] O negro brasileiro merece, entretanto destino mais alto e mais nobre. Inteligente e sentimental, ele tem no coração e no cérebro, os factores que a Civilização exige para integrar os povos no seu convívio. (A RAÇA, 1935, Ed. 00001).

Esse movimento do pretos congregando-se em associações, é a segura demonstração de que os elementos, ainda hontem escravizados a arredios sob o imperativo dos preconceitos, ajustam-se à impulsão evolutiva do tempos modernos, que nivelam aspirações de todas as classes n' mesma concepção dos **direitos sociaes** (grifo da autora). (A RAÇA, 1935, Ed. 00001).

Visto isso, as estratégias de submissão alcançaram projeções positivas para a luta do Movimento Negro. A conquista do capital social passou a ser reconhecida a partir da ascensão de elementos do grupo que figuravam a expressão daquilo que tinham por objetivo: concentrar cada vez mais capital simbólico.

O verdadeira sacrificio foi nos primeiros tempos da nossa batalha está agora comportado no sucesso de nossa iniciativa. (A RAÇA, 1935, Ed. 00001).

[...] Felizmente entre nos encontramos alguns de destaques.

Já possuímos um numero diminuto, mas com ideas boas; alguns formados em várias disciplinas. Emitemol-os! Dentro em poucos teremos muitos que possam em nosso nome declarar junto ao nosso Governo o quanto vale nosso sacrificio e deposita-lhe o coração. (O CLARIM, 1924, Ed. 00001).

Para além das estratégia de submissão, o Movimento Negro cria estratégias que renovam e reestruturam o campo - teoricamente dizendo, os participantes da luta simbólica no campo da mesma formar que são estruturados pelo mesmo apresentam a capacidade de serem agentes estruturantes. Já no início dos anos 30, com o jornal “A voz da raça”, esse agente apresenta novas estratégias de ação que dizem respeito muito mais aos interesses de uma identidade coletiva do negro do que a uma submissão às regras da ordem simbólica do campo em se inserem. Para tanto, observa-se que iniciam um processo de auto identificação, passando, então, a referir-se aos companheiros de luta por

termos específicos, nesse caso, são denominado “Frentenegrinos” aqueles para quem o jornal é destinado, ajustando a identificação de seus pares e o reconhecimento de uma nova representação compartilhada do negro - e, conseqüentemente, do trabalhador.

As lutas entre dominantes e dominados no interior do campo são o resultado das estratégias práticas que os agentes executam, tendo por finalidade atingirem seus objetivos e valores (PRAXEDES, 2005), os quais correspondem aos interesses específicos de cada um. A criação de uma estratégia prática de ação que possibilita ao dominado concentrar maior capital simbólico aparece junto do conceito de representação: a reivindicação de uma identidade agora marcadamente racializada possibilita a identificação e construção de uma nova versão social do trabalhador. Segundo Stuart Hall, tais estratégias podem ser entendidas como “estratégias de políticas culturais” as quais, ao meu ver, possui reverberações futuras semelhantes àquelas vistas em 1960 no contexto norte americano na luta do movimento negro pelos direitos civis, significa, pois, o início do movimento de descolonização dos povos da diáspora negra, como bem coloca Franz Fanon (citado por Hall em seu livro *Da diáspora: identidades e mediações culturais*, p. 336). A reivindicação da auto definição do negro pelo negro impulsiona o processo de descentramento do identidade dessa população uma vez que demarca as especificidades desse grupo social distinguindo-o de uma suposta, até então, identidade centrada e universalizante do trabalhador como era proposta pelo Movimento Operário. Segunda Hall:

Esse descentramento ou deslocamento abre caminho para novos espaços de contestação, e causa uma importantíssima mudança na alta cultura das relações culturais populares, apresentando-se, dessa forma, como uma importante oportunidade estratégica para a intervenção no campo da cultura popular (HALL, 2003, p. 337).

A luta pela hegemonia presente na campo é influenciada constantemente pela disputa pelo poder e, por isso, trata-se sempre de mudanças nas disposições e configurações do campo do poder popular. Nesse caso, o descentramento da identidade passa a incorporar não apenas elementos da cultura negra, mas também, altera o centro de poder da representação e do significado do que é ser um trabalhador, abrindo de dentro do espaço dominante uma fissura ocupada pelo de fora, que incorpora o discurso da diferença na luta por um identidade efetivamente representativa dos negros. De acordo com Hall, tudo isso é uma marca da pós-modernidade a qual caracteriza as lutas políticas a partir das diferenças culturais, da produção de novas identidades e do aparecimento de novos sujeitos no cenário político cultural (HALL, 2003, p. 338).

Aqui, a ferramenta do discurso é acionada pelos periódicos do Movimento Negro que demonstram nítida insatisfação com o *habitus* do Movimento Operário (dominante) e passam a incorporar marcadamente a questão racial em suas publicações.

E a nação somos nós com todos os outros nossos patrícios que conosco, em quatrocentos anos, criaram o Brasil. Não podemos, pois, permitir que impunemente uma geração atual, que é um simples momento da vida eterna do nação, traia a Pátria, quer atirando-se nos erros materialistas do separatismo (que nada mais é do que o efeito da concepção do “materialismo histórico” – a economia, a riqueza material acima de tudo), quer namorando a terra-a-terra socialista na sua mais legítima expressão que desfecha no bolchevismo, pregado pelos traidores nacionais e estrangeiros, e cuja resposta é o há de ser aniquilamento violento, seja ele adotado por cidadãos do povo, sejam eles adotados por governos que traiam a Nacionalidade. (JORNAL “A VOZ DA RAÇA”, 1933, Ed.0001).

Este jornal aparece na hora em que precisamos tornar publico, nos dias de hoje, de amanhã e de sempre, os interesses e comunhão de ideias da raça, porque as outras folhas, aliás veteranas, por despeitos políticos, tem deixado de os fazer; porém isso não tem importancia: diz o ditado que “a dôr ensina a gemer!...” e se não fosse a dôr... esse jornal não surgiria e nos continuaríamos marcando passo e sendo alvo da continua atitude dos diários paulistas que, na surdina, vão pondo no sexto os originais que no presente momento o seu assunto vise a moral e a união política do negro. (JORNAL “A VOZ DA RAÇA”, 1933, Ed.0001).

Outro elemento importante é o fato de que algumas estratégias de ação do próprio movimento negro reforçavam, em certos pontos, as posições estruturais do campo aqui apresentado. A produção de um discurso em que desacreditam das lideranças partidárias, por exemplo, pode ser entendido como a necessidade de se contrapor a situação de subalternidade a qual estavam posicionados em relação a um determinado referencial dominante: mesmo que como um referencial a ser superado, tal discurso acabava por reconhecer a posição de dominação do movimento operário.

Proletários, homens do trabalho, coeficientes indiscutíveis nas actividades da prática constructiva na economia municipal, alheios aos exercício e às injunções coercitivas das lideranças partidárias ou de cargos que restrinjam a expansão do nosso pensamento, por isso mesmo nos sentimos à vontade ao analisarmos os nossos homens públicos quando em funções que interessem o conforto coletivo. (JORNAL “A RAÇA”, 1935, Ed. 00001).

A questão do discurso dominante do movimento operário pode ser entendido como o que Homi Bhabha conceitua como o “discurso colonial”. Em sua teoria, Bhabha compreende que a construção dos processos de subjetivação dos atores e grupos sociais perpassa pela constante relação de poder discriminatório que identifica a diferença racial

como o signo que marca as posições sociais a serem ocupadas pelos indivíduos hierarquicamente. Desse modo, a estratégia discursiva do estereótipo é acionada, possibilitando através da repetição a produção de uma “verdade” probabilística e, diante disso, constrói não apenas a ideia do colonizador, mas também, do colonizado, sugerindo, pois, uma relação entre discurso e política. Segundo Bhabha:

Julgar a imagem estereotipada com base em uma normatividade política prévia é descartá-la, não deslocá-la, o que é possível ao se lidar com sua eficácia, com o repertório de posições de poder e resistência, dominância de dependência, que constrói o sujeito da identificação colonial (tanto colonizador como colonizado) (BHABHA, 1998, p. 106).

Nesse sentido, as representações da figura do trabalhador construídas pelo discurso do Movimento Operário fixa a identidade daquele que trabalha, primeiro: à uma cidadania que em pouco foi efetivamente desfrutada pela população negra pós abolição; e segundo: fixa a representação do trabalhador num sentimento de pertencimento à classe operária, pressupondo uma homogeneização idealista daqueles que à ela se agrupavam. Mesmo que o Movimento Negro reivindique as categorias classistas como estratégia para ampliar o potencial de mobilização de luta, a homogeneização da figura do trabalhador advinda do movimento operário, em efeitos práticos, dilui a representação do negro nesse signo e traduz o trabalhador sob a narrativa do discurso colonizador, isto é: assim como os proprietários dos meios de produção, os protagonistas do Movimento Operário ocupam na estrutura racial a posição do sujeito colonizador, e esse sujeito colonizador constrói não apenas a sua auto versão, mas também, a versão do sujeito colonizado, no caso, do negro trabalhador. Isto é, o resulta da unidade do trabalhador ao modelo do colonizador é que a diferença racial passam a não fazer sentido dentro desse contexto.

Para Abdias do Nascimento (1980), existe alta importância em articular a luta racial com a luta de classes, entretanto, essa articulação ainda que possa trazer vantagens - afinal, em muitos momentos há a intersecção dessas lutas ao compartilharem disputas em que seus atores se posicionam lado a lado no campo político -, guardar as particularidades culturais e especificidades dos negros brasileiros é fundamental. Desse modo, longe de ser produto de mentes colonizadoras, foi escolha do Movimento Negro compor uma luta em que o negro a partir de suas próprias demandas, pudesse ser assimilado à classe trabalhadora explorada e não a uma minoria apenas oprimida, mas uma classe trabalhadora heterogênea. Para Nascimento, “a uniformidade sem face em nome da ‘unidade’ ou da ‘solidariedade’, em conformidade com os ditames do modelo

social ocidental, não é do interesse dos povos oprimidos não-ocidentais” (NASCIMENTO, 1980, p.155).

Entendendo que o *campo dos contrapúblicos* é uma microestrutura incluída em um campo macroestrutural, e que ao elemento dominante pertence a representação universalizada do objeto representado, ao projetar os aspectos analisados no sistema político representativo da república podemos dizer que os ganhos políticos do agente dominante – Movimento Operário - adquiriram mais facilmente dimensões externas e atingiram diretamente o campo macroestrutural, nesse caso, o campo da política institucional brasileira: o Movimento Operário, por meio do discurso do proletariado e da ideologia classista, reforça a posição de dominação em relação ao Movimento Negro, e sua expressão político institucional como partido político logo em 1922 - Partido Comunista Brasileiro (PCB) – aparece como uma condição histórica de dominação. Nesse sentido, entende-se por condição histórica de dominação as oportunidades políticas que atuavam dentro do desenho institucional estabelecido no Estado daquele movimento combinadas às relações sociais resultantes das interações entre tais atores políticos ao longo da história e que, dessa forma, propiciaram ao Movimento Operário ocupar posição hegemônica¹⁶ no *campo dos contrapúblicos*.

Essa condição histórica de dominação se dá justamente na sua correspondência com o modelo de governo implantado no Brasil a partir de 1889, o qual comportou a manifestação do movimento operário como fenômeno social legítimo, conferindo a ele autoridade necessária para se colocar como expoente do trabalhador brasileiro em suas dimensões macro políticas de representação. O Movimento Operário, assim como a república, são modelos de organização social pertencentes a mesma gênese europeia, e de maneira semelhante foram projetos incorporados a realidade brasileira mesmo quando a população não compartilhava simbolicamente de seus instrumentos históricos. Pode-se dizer que, assim como o europeu elitizado alocou-se na disputa do poder político no mais alto local dos mandatários, o trabalhador branco europeu alocou-se na posição dominante do *campo dos contrapúblicos* e fez de sua reverberação política o Movimento Operário.

¹⁶ Em qualquer sociedade não-totalitária certas formas culturais predominam sobre outras, a forma dessa liderança cultural é o Gramsci identificou como *Hegemonia*. A cultura hegemônica atual através do daquilo que consideramos por *consenso*, fazendo com que os dominados em grande medida aceitem, mesmo que inconscientemente, as posições subalternas que ocupam. (SAID, Edward W, 1990, p. 18-19).

3. CONCLUSÃO

Diante da análise dos periódicos, fica evidente que a principal estratégia de ação do Movimento Negro, a qual consiste no impulso inicial de uma política representativa minimamente satisfatória no cenário institucional brasileiro, é a estratégia cultural da afirmação e construção da identidade negra a partir do próprio Movimento Negro, o que permite a ressignificação do sujeito negro na sociedade brasileira e garante ganhos políticos no decorrer da república. Em contrapartida, o Movimento Operário na tentativa da representação homogênea dos trabalhadores constrói um discurso projetado sob a herança colonial da escravidão em que reforça os mecanismos do racismo estrutural uma vez que, exclui da agenda central as demandas propriamente negras.

Isso significa dizer que o Movimento Negro não encontra representação política nas formas tradicionais de participação, ele não está efetivamente presente nas demandas nem da situação nem da oposição, nem da “direita” nem da “esquerda”, nem do proprietário nem do trabalhador – mesmo quando compoem boa parte desse grupo dentro das parâmetros da venda da força de trabalho no mercado capitalista. Sendo assim, o modelo tradicional de classificação das partes componente do cenário político como direita e esquerda, calcada nas discussões classistas - que em muito traz consigo grande parte da concepção do indivíduo liberal, posto a importância dada a questão da propriedade - acaba por não apreender um dos aspectos mais marcantes da sociedade brasileira: o fato de essa estruturar-se sobre os alicerces da escravidão colonial. As consequências do discurso colonizador do movimento operário, ao meu ver, apresenta suas limitação quando na tentativa de realizar mudanças estruturais na sociedade brasileira reforça, pois, a posição de dominação dos trabalhares imigrantes europeus brancos sobre o população negra agora inserida no mercado competitivo capitalista.

Sobre a crise de representatividade dos espaços políticos conceituados em “direita e esquerda” - que consiste em aspectos diretamente relacionados ao arcabouço teórico da ciência política -, inicio com duas hipóteses primarias para levantar a discussão:

- 1) Ou a população negra se sente pertencente àquilo que na linguagem política denominou-se como “direita”, isto é, a classe dominante, proprietária dos meios de produção.
- 2) Ou a população negra se sente pertencente à “esquerda”, isto é, a classe não dominante mas que busca através dos mecanismos políticos tradicionais do modelo republicanos representativo a posição de dominação.

A problemática apresentada desse texto está em pensar que de dentro da oposição da luta política (classe não dominante) a população negra não encontra poder de agenda, nem representação, e, conseqüentemente, há a distorção de sua identidade quando esse grupo insere-se como parte integrante daquilo que denominação como “esquerda brasileira”. Entretanto, mediante a análise das periódicos, pode-se dizer que o Movimento Negro esforça-se em garantir que a população negra naquele período, fosse entendida como uma população que estava preparada para dar sua contribuição à sociedade capitalista como trabalhadores de ordem competitiva. Além disso, encontramos aproximação da Frente Negra Brasileira com discursos marcadamente de direita, demonstrando que mesmo ocupando a classe não dominante, muitas vezes a identificação advinha desse discurso, distanciando-se, pois, do pertencimento hegemônico de esquerda operária.

Tendo então, a necessidade de demonstrar os impasses produzidos ao confrontar a questão racial com a ciência política há aqui o esboço de algumas possíveis conclusões: 1) a crise de representatividade do modelo de governo não se trata de uma questão essencialmente de classe e nem se trata de uma questão necessariamente atual, sugiro aqui que seu princípio está diretamente vinculado ao início do Estado republicano no Brasil e, necessariamente, a questão racial e 2) abordar a questão racial de dentro das discussões da ciência política expressa as limitações de conceitos chave dessa área, eles se tornam frente a ela uma categorização frágil.

A necessidade de se trabalhar a questão racial de dentro do ciência política atualmente é um grande desafio metodológico, visto que, importantes categorias de análises evidenciam suas limitações quando deparam-se com essa questão. Ressignificar as teorias tradicionais a partir da perspectiva racial brasileira - principalmente após a ascensão das políticas afirmativas -, aprofundar-se metodologicamente nos mecanismos do racismo na participação política abordando “raça” não apenas como um dado/variável, mas como um conceito presente na dinâmica social, são alguns dos obstáculos a serem ultrapassados pela ciência política brasileira como área do conhecimento nas ciências sociais. Enquanto isso, acredito que a melhor pergunta a ser feita nesse primeiro momento seja, na verdade: o que a questão racial tem a dizer sobre a ciência política? Estamos em tempo de dialogar sob as dimensões políticas e raciais no Brasil.

4. REFERÊNCIAS

- AVRITZER, L. COSTA, S. *Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: concepções e usos na América Latina*. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Vol. 47, nº 4, 2004.
- BHABHA, H. *O local da cultura*. Belo Horizonte. Editora UFMG, 1998.
- BOCCHI, R. *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro. Ed. IUPERJ, 1991.
- BOURDIEU, P. *O senso prático*. Petrópolis. Ed. Vozes, 2009.
- _____. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 2007.
- NASCIMENTO, Abdias do. *Quilombismo: an Afro Brazilian political alternative*. Journal of black studies, 11(2): 141-178, Afro Brazilian Experience and Proposals for Social Change, december, 1980.
- NOGUEIRA, O. *Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil*. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1, 2006.
- PRAXEDES, W. *A educação reflexiva na teoria social de Pierre Bourdieu*. São Paulo : Edições Loyola, 2015.
- SAID, Edward W. *Orientalismo – O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- STUART, H. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2003.